

DECLARAÇÃO POLÍTICA

***Sua Excia Presidente da Assembleia Nacional
Membros da Mesa, Caros Deputados
Dignos Representantes do Titular do Poder Executivo
À assistência aqui presente, Jornalistas
Angolanas e angolanos***

As Declarações Políticas que aqui estamos a fazer, são um direito que os Grupos Parlamentares têm e que até aqui concedia a todos os Grupos Parlamentares, por igual, 5 minutos por cada trimestre! Entretanto estamos hoje a dar início a um novo modelo, agora com tempos de intervenção diferenciados e proporcionais aos mandatos que cada Grupo Parlamentar possui. Trata-se de um ganho, ligeiro. Portanto estes minutos, que somados não chegam a 1h de emissão em directo na TPA e na RNA, são ainda as únicas transmissões em directo, que as Sessões Ordinárias da Assembleia Nacional terão, apenas de 3 em 3 meses!

O que o país precisa é de ver a transmissão de cada sessão Plenária Ordinária, permitindo assim que os angolanos sejam completamente informados do que fazem os seus representantes neste Órgão de Soberania. Na fase em que o nosso país se encontra, os ganhos seriam imensos, porque estas transmissões seriam de certeza sessões bastante educativas. Permitiriam elevar o conhecimento de quem nos possa acompanhar, sobre os conteúdos de interesse nacional aqui tratados. Elevariam certamente a imagem do deputado perante o cidadão, que tão mal fala de nós, os seus representantes, porque não sabe o quanto se trabalha e sobre o que trabalha! O voto do Grupo Parlamentar da UNITA é de que as transmissões em directo das Sessões deveriam começar de imediato! Este facto proporcionaria a cada angolano capacidade critica e fiscalizadora do desempenho de cada um de deputados, seus eleitos e também melhor fiscalizar a acção do governo/executivo. Este facto obrigaria a um processo mais

ágil das reformas que o país tanto precisa! É para evitar estas reformas que a maioria neste parlamento (o Mpla) não aceita as transmissões das Sessões Plenárias.

Temos também na Ordem do Dia, de hoje a votação Final Global de duas importantes Propostas de Lei Militares, de um pacote que deve ser completado com urgência, estando em falta em especial a Lei de Defesa Nacional, para permitir que as Forças Armadas Angolanas encetem as reformas de que carecem e se adequem devidamente à sua missão que é das mais relevantes e importantes, por garantirem a DEFESA DA SOBERANIA E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL! Nunca é demais recordar que as Forças Armadas são uma instituição militar nacional, permanente, regular e apartidária (assim o dizem os Artigos 206 e 207 da CRA). Infelizmente muitas têm sido as ocasiões em que altos dirigentes das FAA têm estado envolvidos em actos de cariz partidário, vestindo camisolas e participando em reuniões de partidos políticos! O nosso país não pode voltar a permitir que oficiais gerais participem na campanha eleitoral! A Procuradoria da República e demais institutos de defesa da lei e da ordem, não podem e não devem, continuar a fechar os olhos a tão gravosas violações.

Angola abraçou o Estado Democrático de Direito e tudo deve ser feito no sentido deste Artigo 2º da nossa Constituição, ser um dos fundamentos mais sólidos do edifício que o consagra e que os pais da independência iniciaram e nós devemos consolidar.

É importante voltar a referir que a constituição das FAA obedeceu a equilíbrios negociados nos Acordos de Paz. Porque os compromissos da Reconciliação Nacional não foram todos cumpridos, é fundamental que os decisores tenham a sensibilidade e o bom senso em manterem os equilíbrios, enquanto vamos construindo uma Angola – Pátria mãe de todos os seus filhos, que não é ainda uma realidade!

A Ordem do Dia contém a Proposta de Alteração à Lei dos Feriados, Locais e Datas de Celebração Nacional (que nos foi garantido ter sido retirada, por não conter qualquer Resolução aprovada!), uma iniciativa do Executivo actual, com conteúdo a gerar polémica e a provocar um debate de ruptura nesta Assembleia! Não é avisado, nem é de bom tom, tentar transferir datas e celebrações partidárias para as impor a todos os angolanos, inclusive àqueles a quem a Constituição reconhece a liberdade de opção e de adesão política e que assim passam a ser desrespeitados. Tornar celebração nacional o

14 Feb ou o 10 de Dezembro, datas partidárias, representam um verdadeiro retrocesso! Um país que se reergue de um guerra não ganha rigorosamente nada a construir monumentos e a trazer para o calendário de celebrações nacionais a divisão entre angolanos! Não faz sentido absolutamente nenhum, a proposta de celebrar a 23 de Março, a batalha do Kuito Kuanavale com versões radicalmente opostas, a desenterrarem a divisão e a atentarem o espírito de Reconciliação Nacional. Entretanto foram deixados no esquecimento referentes históricos da Luta de pela Independência, nomeadamente o 04 de Janeiro e o 15 de Março!

E porque tanto falamos da construção da Nação, a nossa Ordem do Dia contém uma Proposta sobre a deferência e o respeito com que devemos lidar com os símbolos nacionais: a bandeira, a Insígnia e o Hino Nacional! Este nosso país é sui generis e teima em não seguir bons exemplos de outras paragens. A África do Sul, reconciliada e de Paz fez um concurso nacional e aprovou uma bandeira da nova República; Cabo Verde quando deixou cair o partido único e abraço a democracia, teve a coragem de fazer o mesmo: abraçar símbolos de unidade nacional. Nós continuamos a ter uma bandeira nacional, idêntica á de um partido político, transportada desde o tempo do partido único, sem sensibilidade para entender quão importante é termos símbolos de reforço da unidade, símbolos democráticos. Por exemplo, manter a bandeira nacional idêntica à de um Partido, trás vantagens nas campanhas eleitorais e falseia a igualdade de oportunidades! É tudo uma questão de vocação democrática e de vontade política!

Seis meses após a aprovação do OGE e a menos de um mês do encerramento do 1º ano legislativo da presente Legislatura (o que ocorrerá a 15 de Agosto), importa partilhar algumas questões de fundo que interessam para a construção da Nação:

- os sociólogos alertam para o aumento das desigualdades sociais e para a necessidade de se tomarem outras medidas acrescidas pois este facto está na base do crescimento das reivindicações por todo o país, apelando por melhor salário, por emprego, por tratamento justo, manifestando contra administradores públicos, etc etc... ; ainda esta semana especialistas afirmaram que a delinquência tem como base a desigualdade social, sendo que, pelas suas palavras, onde há profundas desigualdades sociais, não há educação e o combate à criminalidade não pode ser deixada apenas à polícia ou aos

tribunais! A polícia não resolve o problema da desigualdade. Significa que a delinquência não se resolve com a prisão ou com mais repressão! Urge sim dialogar mais, abraçar parcerias, procurar especialistas, envolver as famílias, as comunidades, a escola, as instituições a aprimorar os instrumentos, pois o desafio está muito elevado e a provocar imensos constrangimentos à nossa sociedade! Vejamos alguns dados:

- Crescimento económico versus combate à pobreza; quando discutimos o OGE em fevereiro, o governo apresentou uma previsão de crescimento para 2018 de 4,9%! Pouquíssimo tempo depois, começou a apresentar o valor de 2,3%, sem sabermos porque esta súbita e estranha redução! Particularmente porque estávamos perante um aumento do preço do barril do petróleo! Ora face a uma taxa de crescimento da população de cerca de 3,6% para 2018, portanto superior ao crescimento do PIB, isso significa que temos um aumento da pobreza e que por este andar não vamos cumprir os objectivos do PND 2018-2022, que trás indicadores muito risonhos e nada adequados à realidade;
- Perguntamos: para onde vai o excedente do petróleo? Ora fazendo contas o Estado arrecadou em excedente , cerca de 1700 milhões de dólares nos últimos 6 meses. Para onde está a ir este dinheiro? Precisamos de saber, pois este valor deveria ir para reserva estratégica do Estado. Depois de termos vivido tantos anos sem prestações adequadas das contas, urge ter respostas claras e evitar acções discricionárias do Titular do Poder Executivo!
- Mais: os indicadores apontam para uma agravamento da dívida para o próximo OGE. , o que poderá ser um verdadeiro desastre para o país.
- Finalmente, deixamos aqui uma expressão de esperança: que o nosso país abrace o desafio das autarquias, com diálogo e sem pré- escolhas que parecem já estar estabelecidas, em especial quando são anunciadas fora do país, ao mesmo tempo que aqui dentro são colocados em auscultação pública! Por essa razão saudamos a posição corajosa da CEAST, que deveria inspirar esta Assembleia nos debates sobre as autarquias.

- Urge demonstrar que este processo não está já todo ele decidido!

Uma palavra de conforto aos jovens que em Malange foram recentemente libertados e ilibados de uma acusação que se provou infundada. Que lhes seja prestada justiça e compensados com uma justa indemnização pela privação da liberdade e dos múltiplos danos.

Aos 20 de Julho de 2018

Adalberto Costa Júnior
Presidente Grupo Parlamentar